



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

---

Processo n. 26200/2024  
Impugnação ao Pregão Presencial n. 019/2023

À Comissão Permanente de Licitação (CPL),

A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, vem, em atenção a impugnação interposta interposto pela empresa, informar e requerer o que segue.

Trata-se de impugnação ao edital do pregão presencial n. 019/2022, relativo à contratação de empresa para prestação de serviço contínuo de gestão de mão de obra de cozinha, copeiro, copeiro lácteo e almoxarife, pelo Sistema de Registro de Preços, interposto pela empresa **ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA - CNPJ n. 27.544.276/0001-97**, em que impugna, em síntese:

- a) A correção do Edital, com ajuste do percentual de ISS para 5%, conforme a Lei Complementar Municipal no 357/2021.
- b) Inclusão da exigência de observância da convenção coletiva mais vantajosa, nos termos do Acórdão nº 1207/2024 - TCU.

**No mérito, ao se analisar os fatos suscitados, entende-se que merecem prosperar as alegações trazidas pela impugnante.**

A impugnante sustenta que o Edital prevê, equivocadamente, a aplicação de uma alíquota de ISS de 3%. Todavia, a Lei Complementar Municipal no 357/2021 do município, em seu art. 13, inciso VI, estabelece que o percentual aplicável aos serviços licitados é de 5%.

De fato, esta Administração Pública verificou que na Planilha de Custos e Formação de Preços Unitários há menção ao percentual de 3% (três por cento) a título do tributo ISS, contudo a referida planilha apensada ao Edital é somente orientativa, devendo a licitante se ater as normas jurídicas vigentes no momento do certame licitatório.

No entanto, para evitar transtornos futuros, bem como interpretação equívocada, estamos alterando o percentual em tela no documento em questão para 5% (cinco por cento) em consonância com o Código Tributário desta Municipalidade.

No que se refere à obrigatoriedade de observância da convenção coletiva que melhor favoreça os trabalhadores, uma vez que de acordo com o Acórdão nº 1207/2024 - TCU, a inclusão no Edital da exigência de que as propostas adotem, em suas planilhas de custos, valores iguais ou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

---

superiores aos previstos pela Administração, especialmente nos itens de salário e auxílio-alimentação é legítima.

Vejamos o que dispõe o referido Acórdão:

***“Acórdão 1207/2024 – Plenário (Consulta, Relator Ministro Antonio Anastasia) Nos editais de licitação, para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, não é permitido determinar a convenção ou acordo coletivo de trabalho a ser utilizado pelas empresas licitantes como base para a confecção das respectivas propostas, em decorrência da previsão estabelecida no Artigo 511, parágrafos 1º e 3º, da CLT. Não obstante em tais licitações, e lícito ao edital prever que somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos item de salários e auxílio alimentação, admitidos também, a critério da administração, outros benefícios de natureza social, considerados essenciais à dignidade do trabalho devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial de execução do objeto”. Grifo Nosso.***

Diante do exposto, esta secretaria informa que procedeu com a devida retificação no instrumento em epígrafe, com a observação de que somente serão aceitas as propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio alimentação.

Inta consignar ainda, que o edital de pregão presencial n. 019/2023 já foi objeto de **representação** perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (processo TCE/RJ n. 235.851-6/2023), com pedido de tutela formulada pela empresa JAS SERVIÇOS DE APOIO LTDA., em face da Prefeitura Municipal de Maricá.

Portanto, em razão do exposto, **defere-se a impugnação interposta pela empresa ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA - CNPJ n. 27.544.276/0001-97.**

Maricá, 6 de dezembro de 2024.

Márcio Batalha Jardim  
Secretário de Educação  
Mat. n. 110.941